



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Amazonas

3º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2013

*** PROVA OBJETIVA ***

NOME _____ **Nº da INSCR.** _____

Data: 03 de novembro de 2013

Horário: 9h às 13h



**3º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2013-
* PROVA OBJETIVA ***

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Data: 03 de junho de 2013
Horário: 9h às 13h

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Aos juízes federais compete processar e julgar:

- a) As causas em que a União, entidade autárquica ou sociedade de economia mista federal forem interessadas na condição de autoras, réus, assistentes ou oponentes.
- b) As ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público
- c) O litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- d) As causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.
- e) As ações que envolvam exercício do direito de greve.

2. Em relação à atuação do Ministério Público no processo civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O órgão do Ministério Público será civilmente responsável quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude.
- b) Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público poderá juntar documentos e certidões, produzir prova em audiência e requerer medidas ou diligências necessárias ao descobrimento da verdade.
- c) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer no processo em que é parte, mas não naqueles em que oficiou apenas como fiscal da lei.
- d) Compete ao Ministério Público intervir nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural.
- e) Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, a parte promover-lhe-á a intimação sob pena de nulidade do processo.

3. Cabe ação civil pública para:

- a) Proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas corpus" ou "habeas data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- b) A tutela de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico ou qualquer outro

interesse difuso ou coletivo.

- c) Declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- d) Assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- e) Veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.

4. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é CORRETO afirmar que:

- a) A citação postal, quando autorizada por lei, exige o aviso de recebimento.
- b) O Ministério Público tem legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do DPVAT em benefício do segurado.
- c) Os honorários advocatícios são devidos à Defensoria Pública mesmo quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença.
- d) Na execução civil, a penhora de dinheiro na ordem de nomeação de bens tem caráter absoluto.
- e) Não cabe citação por edital na execução fiscal.

5. Sobre os embargos infringentes, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É cabível a interposição no processo de mandado de segurança.
- b) O prazo para interpor embargos infringentes e para responder é de 10 (dez) dias.
- c) Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, conta-se desde logo.
- d) Quando não forem interpostos embargos infringentes, o prazo relativo à parte unânime da decisão terá como

dia de início aquele em que foi publicada a decisão por maioria de votos.

e) Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.

DIREITO CIVIL

6. No que tange à POSSE, PROPRIEDADE e RESPONSABILIDADE CIVIL, assinale a alternativa ERRADA:

a) José se apossou de má-fé de cavidade natural subterrânea (propriedade da União), no Município de Presidente Figueiredo/AM, e realizou benfeitoria necessária para que a cavidade não ruísse. Neste caso, José tem direito a indenização na Justiça Federal pelos gastos efetuados na benfeitoria.

b) É da União a propriedade dos recursos minerais do subsolo, mas o proprietário do solo tem o direito de explorar os recursos minerais de emprego imediato na construção civil.

c) Indústria química se instalou na Zona Franca de Manaus, e causou dano nuclear, com contaminação do Rio Negro. Neste caso, pode o MPF processar a empresa que responderá civilmente independente de culpa.

d) É responsável pela reparação civil aquele que participou de produto de crime, salvo se o fez gratuitamente.

e) Se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

7. Quanto aos POVOS INDÍGENAS, assinale a alternativa correta:

a) As terras tradicionalmente ocupadas por índios são alienáveis e disponíveis, ainda que excepcionalmente, como por exemplo, em caso de desapropriação para fins de reforma agrária pelo INCRA.

b) Será tolerada a aplicação, pelos grupos tribais, de acordo com as instituições próprias, de sanções penais ou disciplinares contra os seus membros, desde que não revistam caráter cruel ou infamante.

c) Antônio arrendou, há 20 anos, terra tradicionalmente ocupada por índios para extração de ouro, no Município de Coari/AM, pagando certa quantia em dinheiro para a tribo. O MPF poderá pleitear a anulação deste negócio jurídico sobre a terra indígena, porém submete-se à prescrição, pois não pode haver eternização da demanda.

d) A comunidade indígena, por não ter personalidade jurídica, não é parte legítima para ingressar em juízo, necessitando da atuação do MPF ou FUNAI.

e) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Senado Federal, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação da Câmara dos Deputados, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

8. Quanto aos direitos à SAÚDE e EDUCAÇÃO, marque a assertiva correta:

a) O Ministério Público Federal pode demandar judicialmente a União, o Estado do Amazonas e o Município de Manaus, na Justiça Federal, a fim de garantir tratamento de saúde, diante da solidariedade destes na garantia do referido direito constitucional.

b) Na saúde mental, o MPF não pode intervir em hospital psiquiátrico estadual, mesmo que a questão envolva violação de direitos humanos.

c) Jacinta, idosa de 75 anos de idade, requer atuação do MPF para conseguir medicamento raro, negado pelo SUS. Neste caso, não pode o parquet federal intervir, pois limita-se a atender interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, e não meramente individuais, ainda que tenham relevância social.

d) Antes do Programa Mais Médicos, a Universidade Federal do Amazonas não podia admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros.

e) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito não é direito público subjetivo, pois não pode ser cobrado em caso de falta de vagas, diante da teoria da reserva do possível.

9. Quanto à inclusão de PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, selecione a alternativa correta:

a) Lei federal de 2013 pode suprimir direitos contidos na Convenção Internacional sobre Direito das Pessoas com Deficiência (Nova Iorque, 2007), pois esta tem natureza de lei federal, e lei posterior pode derogar lei anterior.

- b) A educação especial somente se restringe ao ensino fundamental e médio, não podendo ser aplicada nas Universidades Federais.
- c) O MPF pode investigar e cobrar passe livre e gratuito nos transportes terrestres, mas não pode exigir que companhias aéreas reservem assentos para deficientes carentes.
- d) Deficiente carente não tem direito a receber benefício assistencial, salvo se sua família contribuiu em seu nome para o INSS.
- e) Concurso público federal não pode prever em edital a reserva de 30% (trinta por cento) das vagas a pessoas com deficiência, prestigiando assim o amplo acesso dessa categoria aos cargos públicos federais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

10. Em tema de Tributação, de acordo com o texto da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A União, mediante lei ordinária, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- b) A União poderá instituir, mediante lei complementar, na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e indivisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- d) Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.
- e) É permitido à União instituir tributo que não seja uniforme em todo território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro.

11. Em tema de Ordem Econômica e Financeira, de acordo com a Constituição Federal, assinale a

alternativa INCORRETA:

- a) Ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessário aos imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- b) A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.
- c) Lei complementar disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.
- d) A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.
- e) Constituem monopólio da União a pesquisa, a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.

12. Em tema de direitos fundamentais, de acordo com o texto da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Lei complementar estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
- b) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria dos votos dos respectivos membros serão equivalentes às emendas constitucionais.
- c) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação mediata.
- d) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- e) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até um ano antes do pleito.

13. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) De acordo com a Constituição Federal, os meios de comunicação social podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.
- b) Segundo a Constituição Federal, mediante prévia licença, é livre a expressão da atividade intelectual, artística e de comunicação.
- c) De acordo com a jurisprudência do STF, o preâmbulo da Constituição tem força normativa autônoma.
- d) Segundo o texto constitucional, lei complementar poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse nacional o exigirem.
- e) De acordo com o texto da Constituição Federal, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

DIREITO ADMINISTRATIVO

14. Quanto aos atos administrativos e a análise de conveniência e oportunidade a ele relacionados É POSSÍVEL afirmar:

- a) A revogação por motivos de oportunidade e conveniência administrativas alcança os atos vinculados e os de efeitos exauridos.
- b) A anulação do ato administrativo depende da análise dos critérios de conveniência e oportunidade.
- c) O princípio da legalidade possui no âmbito do Direito Administrativo a mesma definição adotada no Direito Civil, consubstanciada na ideia de que ao agente é permitido fazer tudo que não estiver proibido por lei.
- d) Os atos de caráter normativo, de decisão de recurso administrativo e os de matérias de competência exclusiva, nos termos da Lei n.º 9.784/1999 podem ser livremente delegados pela autoridade competente.
- e) Revogação consiste na supressão de ato legítimo e eficaz realizada pela administração, por considerá-lo inconveniente ao interesse público.

15. Sobre licitações e contratos administrativos é CORRETO afirmar:

- a) É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens de marcas, características e

especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável.

b) Contrato Administrativo é aquele no qual a Administração Pública figura em um dos pólos da relação jurídica.

c) Pode-se afirmar que cláusulas exorbitantes são aquelas que foram posteriormente acrescentadas por meio de aditivo contratual firmado entre as partes.

d) No regime das licitações e contratos administrativos da Lei n. 8.666/93 o contratado, na execução do contrato, jamais poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento.

e) A contratação de agências de publicidade é exemplo clássico de inexigibilidade de licitação, uma vez que a criatividade é um atributo do profissional dessa área.

16. Quanto a pessoas jurídicas de direito público e direito privado que compõem a administração pública É POSSÍVEL afirmar:

a) Fundação é uma pessoa jurídica de direito privado, criada por lei, instituída para desempenhar atividades administrativas ou explorar atividades econômicas, sob regime de direito público.

b) Sociedade de economia mista é uma pessoa jurídica de direito público, criada por lei e constituída sob a forma de sociedade anônima, cujo objeto social é a exploração de atividade econômica ou a prestação de serviço público.

c) Empresa pública é uma pessoa jurídica de direito privado, mas submetida a certas regras de direito público e com capital formado por recursos exclusivamente de pessoas jurídicas de direito público interno, havendo a necessidade de sua instituição ser autorizada por lei específica, nos termos do artigo 37, XIX, da Constituição da República.

d) A exigência de concurso público é dispensada para a contratação de pessoal por empresas públicas e sociedades de economia mista.

e) As sociedades de economia mista devem, necessariamente, observar as mesmas regras e procedimentos de licitação previstas na Lei n. 8.666/93, sendo vedada qualquer disposição sobre a temática licitatória em seu estatuto jurídico, conforme determinado pelo art. 173, § 1º, III, da Constituição da República.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Utilize o texto abaixo como ponto de partida para responder as questões 17 e 18:

O prefeito do Município “A”, situado no estado do Amazonas, celebrou convênio para o recebimento de verbas federais para a reforma de praça, calçamento e construção de calçadas e meios-fios. Não houve prestação de contas das verbas repassadas nos exercícios de 2005, 2006 e 2007. O prefeito exerceu seu primeiro mandato nos anos de 2005 a 2008, tendo sido reeleito para um segundo mandato (2009-2012).

17. Em relação à situação descrita no texto, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A simples não prestação de contas pelo prefeito não configura ato de improbidade administrativa, na medida em que não se demonstrou dano ao erário.
- b) A simples não prestação de contas pelo prefeito não configura ato de improbidade administrativa, na medida em que não se demonstrou enriquecimento ilícito.
- c) A imputação de improbidade administrativa por violação de princípios só é possível caso houvesse, cumulativamente, a constatação de dano ao erário ou enriquecimento ilícito.
- d) Particulares (pessoas que não ocupem cargos públicos) não podem ser responsabilizados por improbidade administrativa, haja vista a previsão legal de que a improbidade se aplica a agentes públicos.
- e) É possível imputar ato de improbidade administrativa ao prefeito pela simples não prestação de contas.

18. Com base no caso narrado pelo texto, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na situação concreta, mesmo que seja possível imputar ato de improbidade ao prefeito, já ocorreu a prescrição, haja vista o lapso temporal transcorrido desde a não prestação de contas.
- b) Em virtude da reeleição do prefeito, a prescrição aplicável ao ato de improbidade terá como termo inicial a data de encerramento de seu segundo mandato.
- c) Não se aplica a prescrição a atos de improbidade administrativa.

d) Caso se demonstre o envolvimento de Secretário Estadual em eventual ato caracterizador de improbidade administrativa, em face dele não é possível o ajuizamento de ação civil pública de improbidade administrativa, pois detém cargo de provimento em comissão.

e) É entendimento consolidado na jurisprudência e doutrina que se aplica a prerrogativa de foro por exercício de função para o julgamento de ação civil pública de improbidade administrativa ajuizada em face de prefeitos e governadores.

DIREITO PENAL

19. Sobre lugar do crime e aplicação territorial da lei penal, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
- b) É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
- c) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria se produzir o resultado.
- d) Aplica-se a lei brasileira, independentemente de tratados, convenções e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.
- e) A teoria adotada no ordenamento brasileiro acerca do lugar do crime é a Teoria da Ubiquidade.

20. Sobre a aplicação extraterritorial da lei penal brasileira, segundo o Código Penal, indique a alternativa CORRETA. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes:

- a) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República e do Vice-Presidente da República.
- b) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do

Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.

- c) contra a administração pública.
- d) de genocídio, quando o agente for estrangeiro ou domiciliado fora do Brasil.
- e) contra a administração pública estrangeira.

21. Sobre a relevância penal da conduta omissiva, indique a alternativa INCORRETA.

- a) O dever de agir incumbe a quem: tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; ou, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.
- b) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- c) São exemplos de crimes omissivos impróprios a omissão de socorro e a condescendência criminosa.
- d) É polêmica a possibilidade de coautoria em crimes omissivos.
- e) São pressupostos fundamentais dos crimes omissivos impróprios: poder de agir, inevitabilidade do resultado, dever de impedir o resultado.

22. Sobre aplicação da pena, responda a alternativa INCORRETA:

- a) Na fixação da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu.
- b) Quando não constituem ou qualificam o crime, são circunstâncias que sempre agravam a pena, ter o agente cometido o crime: i) para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime; ii) com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão.
- c) Quando não constituem ou qualificam o crime, são circunstâncias que sempre agravam a pena, ter o agente cometido o crime: contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge; contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida; com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica.
- d) São circunstâncias que sempre atenuam a pena, ter o agente: cometido o crime por motivo de

relevante valor social ou moral; procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano.

- e) Para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, não computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

23. São princípios da ação penal pública:

- a) Princípio da intranscendência
- b) Princípio da disponibilidade
- c) Princípio do *ne bis in idem*
- d) Princípio da oficialidade
- e) Princípio da autoritariedade

24. No processo penal, são critérios que poderão determinar a competência jurisdicional:

- a) o lugar da infração
- b) a natureza da infração
- c) o domicílio ou residência do réu
- d) o domicílio ou residência do autor
- e) a prevenção

25. São recursos atualmente cabíveis no processo penal:

- a) Protesto por novo júri
- b) Apelação
- c) Recurso em sentido estrito
- d) Embargos de declaração
- e) Recurso extraordinário

26. São hipóteses de revisão criminal:

- a) quando a sentença condenatória for contrária ao texto expresso de lei
- b) quando a sentença absolutória for contrária à evidência dos autos

c) quando a sentença condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos

d) quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado

e) quando, após a sentença, se descobrirem novas circunstâncias que determine ou autorize diminuição especial da pena

27. Dentre os sistemas processuais existentes, o Brasil adota:

- a) Sistema inquisitorial
- b) Sistema misto
- c) Sistema acusatório
- d) Sistema francês
- e) Sistema alemão

DIREITO AMBIENTAL

28. Considera-se área de preservação permanente:

- a) A Floresta Amazônica brasileira.
- b) Área com cobertura de vegetação nativa, observados percentuais mínimos, estabelecidos em lei, em relação à área do imóvel.
- c) A Zona Costeira.
- d) As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros.
- e) Os terrenos de marinha e seus acrescidos.

29. Sobre a responsabilidade civil por danos ambientais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Poluidor é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.
- b) Sem obstar a aplicação de outras penalidades, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.
- c) Causa dano ecológico *in re ipsa* quem, fora das exceções legais, desmata, ocupa ou explora APP, ou

impede sua regeneração, comportamento de que emerge obrigação *propter rem* de restaurar na sua plenitude e indenizar o meio ambiente degradado e terceiros afetados, sob regime de responsabilidade civil objetiva.

d) O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

e) Pela teoria ou sistema da dupla imputação, a responsabilização civil da pessoa jurídica não pode ser desassociada da pessoa física – quem pratica a conduta com elemento subjetivo próprio. Assim, proposta ação somente em face da pessoa jurídica, falta pressuposto para que o processo se desenvolva corretamente.

DIREITO DO CONSUMIDOR

30. Assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor:

- a) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidade.
- b) A coletividade de pessoas, como os telespectadores de programa de TV amazonense, que exhibe propaganda enganosa, não se encaixa no conceito de "consumidor", pois constitui número de pessoas indeterminável.
- c) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais é objetiva, ou seja, independe de culpa.
- d) Fábrica de motocicletas, na Zona Franca de Manaus, que adquire produtos como destinatário final, não pode ser definida como "consumidor", por se tratar de pessoa jurídica.
- e) É enganosa a publicidade discriminatória, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

DIREITO ELEITORAL

31. Sobre a composição da Justiça Eleitoral, assinale a alternativa ERRADA:

- a) não existe quinto constitucional para a

composição do TSE.

b) a presidência do TRE compete ao Desembargador do TJ do Estado.

c) a atuação em primeiro grau compete a juízes de direito, exceto em zonas eleitorais onde haja magistrado federal.

d) é vedada a atuação dos juízes dos tribunais eleitorais por mais de dois biênios constitutivos.

e) o juiz federal de primeiro grau tem assento no TRE quando não for a capital sede de Tribunal Regional Federal.

32. Sobre os recursos em matéria eleitoral, assinale aquele cujo prazo seja de vinte e quatro horas:

a) recurso contra a expedição de diploma.

b) recurso contra sentença em ação de captação ilícita de sufrágio.

c) recurso contra sentença em ação de captação ilícita de recursos.

d) recurso contra sentença em ação de propaganda eleitoral irregular.

e) recurso contra sentença em representação por condutas vedadas.